

# Política nacional de defesa

*José Luiz Niemeyer dos Santos Filho\**

Desde a promulgação da Política de Defesa Nacional e da criação do Ministério da Defesa do Brasil, respectivamente nos anos de 1996 e 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o tema defesa nacional vem ganhando projeção junto à sociedade brasileira através da imprensa ou da área acadêmica, não mais se limitando, como num passado recente, a um assunto exclusivamente militar e tratado dentro dos círculos restritos às Forças Armadas.

A caracterização do chamado setor de defesa nacional cada vez mais envolve um campo aberto de recursos não exclusivamente militares, que se encontram relacionados, direta ou indiretamente, aos objetivos estatais de defesa do País.

A defesa nacional se descolou dos ditames ideológicos da visão anterior de segurança nacional. Fortaleceu-se como política pública de Estado (e, nas conjunturas específicas e reais, de governo) e ponto. Deve ser legitimada pela sociedade; deve buscar ser implantada por meio de uma relação harmoniosa entre objetivos a se alcançar, meios a serem utilizados e valores brasileiros a serem perseguidos.

Se existe uma ameaça, a estratégia deve ser sua confrontação pontual. Os devaneios anteriores, de cunho e intenção hegemônico-ideológica, devem ser postos de lado.

Temos, então, que disponibilizar recursos e, principalmente, uma vontade nacional alternativa; assim, meios que não são originados exclusivamente a partir de uma vertente estratégico-militar tradicional encontram-se potencializados,

prontos para ser utilizados na “grande estratégia de defesa” e, sobretudo, estão dispostos no campo socioeconômico do poder nacional.

Se direcionarmos a análise para regiões sensíveis do País, carentes de instrumentos de defesa nacional e repletas de possibilidades de ameaça como o contexto norte-amazônico, essa premissa é mais que verdadeira.

Nos estados do Norte do País, regiões de fronteira nas quais a presença do Estado não se faz relevante como deveria, a atividade da pecuária de corte, por exemplo, configura-se como um recurso de defesa nacional valiosíssimo. É a partir dessa atividade econômica, desenvolvida forçosamente no bojo de condições naturais específicas (clima, relevo) e de uma escassez de oportunidades econômicas alternativas àquele contexto, que é possível não apenas o povoamento como também a interação entre uma mão-de-obra indígena e não-indígena, visando ao desenvolvimento socioeconômico da região e multiplicando as oportunidades para as comunidades que lá vivem.

Os investimentos em infra-estrutura nos chamados espaços vazios (e vitais) do País ganham cada vez mais um caráter complementar no que tange às ações de defesa nacional.

Com um orçamento restrito, o Ministério da Defesa (sempre em consonância com outras instâncias estatais) deve, sim, buscar incentivar as parcerias entre o setor público e a área privada para a construção de estradas interligando cidades estratégicas, portos ágeis e de operação múltipla, vilas agroindustriais de fronteira e direcionar, desta feita, também sua agenda executiva para uma

\* O autor é pesquisador associado do Núcleo de Políticas e Estratégia (Naippe) da USP e professor de Relações Internacionais das Faculdades de Campinas (Facamp)

importante reorganização geoestratégica de todo o desenho regional e sub-regional da produção.

A equação é quase óbvia, todavia nem sempre clara para os órgãos de decisão do Estado: uma Marinha Mercante e um setor pesqueiro estruturado representarão maior proteção da costa brasileira; processos de integração econômica aperfeiçoados institucionalmente – já que o movimento da globalização é fenômeno inexorável – repercutirão em ações e estratégias interestatais comuns de defesa.

Em somatória, o desenvolvimento de projetos como o SIVAM/SIPAM, a Base de Lançamento de Satélites de Alcântara, entre outros, possibilitam a estruturação de centros de excelência em pesquisa, na ótica dual, e aprimoram ações conjuntas no campo econômico-diplomático, que auxiliam no fortalecimento dos alicerces da defesa nacional; vislumbra-se ainda o papel de organizações governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vista como um instru-

mento-alavanca da produção agrícola brasileira, meio irradiador de técnicas inovadoras para a sustentação continental da produção agro-pastoril – a partir do Brasil –, determinando para o continente sul-americano uma postura estratégica no campo da segurança alimentar e, conseqüentemente, da defesa cooperativa interestatal.

Tais movimentos irão se constituir, no tempo e no espaço, em desdobramentos para criação de um modelo mais abrangente de defesa nacional, também inclusivo no que se refere à participação de agentes estatais e da sociedade civil (pessoas, organizações, empresas e países parceiros), fundado em meios alternativos e até mais eficientes (sempre em consonância com o vetor fundamental da dissuasão militar tradicional) de confrontação dos óbices à segurança externa do País e da América do Sul.

(Transcrito de *Gazeta Mercantil*, de 22 de novembro de 2004) ●

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício



### *A Restauração de Portugal e do Brasil*

*José Gerardo Barbosa*

A obra apresenta a biografia de Francisco Barreto Menezes no contexto das guerras de restauração e de expulsão dos holandeses, bem como seu desempenho no Governo do Estado do Brasil e na presidência da Junta de Comércio do Reino. O trabalho vem enriquecer a historiografia do Brasil Colonial, apresentando um conjunto de perfis de governadores, chefes políticos e militares da administração portuguesa. Apresenta um apêndice contendo textos documentais relevantes para conhecimento de seu biografado. É obra essencial para aprofundamento do conhecimento de nossa história.

# O Ministério da Defesa e os militares

Jarbas Passarinho\*

**D**e quem, pela primeira vez, ouvi defender a necessidade da criação do Ministério da Defesa foi Humberto de Alencar Castello Branco, então general-de-brigada e meu comandante da Escola de Estado-Maior do Exército, em 1955. Creio que ele se louvava na experiência de Churchill, primeiro-ministro, em 1940, preparando a defensiva militar contra uma esperada invasão na Grã-Bretanha pela Alemanha de Hitler. Reduziu à metade o Gabinete da Guerra e seu Comitê de Coordenação das Forças Armadas. Criou o cargo de ministro da Guerra, que ele mesmo assumiu, entendendo-se diretamente com os estados-maiores das Forças.

Fernando Henrique, presidente da República, adotou uma estrutura pesada, com um estado-maior de oficiais-generais de cada uma das Forças singulares, e transformou os ministros dessas Forças em comandantes, com seus altos comandos próprios. O modelo resistiu nas gestões dos dois primeiros ministros da Defesa, o Senador Elcio Álvares e o jurista Geraldo Quintão.

Se é verdade que houve oficiais do Exército contrários à criação do Ministério da Defesa, é igualmente verdade que todos os comandantes das Forças singulares se comportaram com irrepreensível disciplina e respeito pelos ministros civis.

Maledicentes que mal escondem a antipatia aos militares aproveitaram a exoneração do diplomata José Viegas para publicar, com evidente propósito intrigante, que “os militares derrubaram o ministro civil porque ainda não aprenderam a respeitar o poder civil”. Como então respeitaram o senador que acabara de perder a tentativa de reeleição e o advogado antes diri-

gente da Advocacia Geral da União, órgão que não tinha *status* de ministério?

A Escola Superior de Guerra, que o ex-ministro acusa de autora de “uma doutrina de segurança nacional autoritária”, em pleno ciclo militar, defendia o regime democrático representativo e definia o poder civil como o poder soberano. Dir-se-á que não era a doutrina observada de fato, mas é a doutrina – que ele desconhecia – a que se refere de modo pejorativo. E na prática? Vamos aos fatos.

No governo Collor, o presidente determinou a cessação das comemorações, que vinham desde Getúlio Vargas, em 27 de novembro, da vitória das tropas legais sobre os comunistas das revoltas chefiadas por Prestes, que cumpria ordens de Moscou. Foi obedecido sem tergiversações. No governo FHC, foi-se mais longe. Não mais se comemorou 31 de março de 1964, mesmo internamente nos quartéis. A decisão presidencial foi respeitada e, até nas ordens do dia, a data não era lembrada, senão esporadicamente.

Por que, então, no atual governo, os comandantes militares se insurgiram? Ao então ministro não bastava silenciar sobre episódios dramáticos que tiveram a liderança dos comunistas. Era-lhe importante hostilizar os que, mesmo em assuntos intimamente pertinentes às suas atribuições, dessem informações rotineiras às tropas. Assim é que tornaram públicas providências em curso a respeito dos vencimentos aviltados dos militares.

Sentindo-se atingido na sua autoridade – prova do complexo de superioridade –, o ministro mandou nota escrita de advertência (de que houve vazamento para a imprensa) aos comandantes, como se fossem transgressores. Em linguagem

\* O autor é Coronel da reserva. Foi governador do Pará e senador, ministro da Educação, da Previdência e da Justiça.

de cadete, chama-se isso, em jargão vulgar, “o subordinado receber uma mijada do superior”. Isso atingindo oficiais-generais do último posto, com cerca de meio século de serviço à Pátria.

O ministro confundia disciplina, que dignifica o soldado de uma nação democrática, com a obediência servil dos janizaros ao sultão. Diz sua carta que a nota de um órgão do Exército “tentou negar ou justificar mortes como a de Vladimir Herzog”. É falso. Nem uma só palavra há no texto a respeito de Herzog, a quem levemente se atribuíram fotos de um homem nu, as quais a *Folha* constatou serem de outra pessoa. Mas era preciso aproveitar o escândalo para fazer valer a intriga.

O diplomata representou por duas vezes o Brasil em Cuba. Talvez lá tenha conhecido provas

de como, nos anos de 1970, que classifica de “lastimáveis”, Fidel Castro mandou treinar guerrilheiros brasileiros para vir matar e morrer no Brasil, intentando edificar aqui o que o diplomata viu no regime tirânico do mais velho ditador da história latino-americana.

Ouçõ que seu próximo posto diplomático será a embaixada brasileira em Madri. Que lhe sirva, a ele que a carta demissionária prova não ter aceito a anistia recíproca, aprovada há vinte anos pelo Congresso, a lição da história ainda recente da Espanha. Mesmo que o drama político que viveu, entre 1936 e 1939, tenha lhe custado 1 milhão de mortos, foi possível reconciliar a nação sem que a vaidade de dirigentes ousasse prejudicar a união de vencidos e vencedores. ●

## BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

### Coleção General Benício



### *As Grandes Decisões Estratégicas*

*Elaborado pela Diretoria de História Militar  
do Departamento do Exército dos EUA*

Desde o início da Segunda Guerra Mundial e após sua conclusão, uma equipe de historiadores, pesquisadores e escritores trabalha na reunião e seleção de documentos que relatam a participação do Exército dos EUA no conflito. Já foram consultados milhares de documentos (dos nossos aliados, dos japoneses e dos alemães), complementados por entrevistas feitas com participantes do conflito. Com base nesse trabalho, foi editada esta obra com vinte capítulos, cada um abordando uma decisão importante da Segunda Guerra Mundial. Inigualável em sua amplitude, em seus pormenores, em sua importância e na profundidade de sua extensão, ela pode ser considerada como uma história para historiadores.